

**A CONSTITUIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO NACIONAL NO BRASIL E NO MÉXICO  
E A IMPLANTAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL E DE  
RELAÇÕES EXTERIORES NO PENSAMENTO DE ALBERTO TORRES E ANDRÉS  
MOLINA ENRÍQUEZ**

Jorge Eschriqui Vieira Pinto<sup>1</sup>

[jschriqui@pormexico.com](mailto:jschriqui@pormexico.com)

**Resumo:** Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez foram intelectuais precursores no Brasil e no México, nas duas primeiras décadas do século XX, da análise crítica à República Velha e ao Porfiriato. Tal análise é constituída por meio do estudo das realidades brasileira e mexicana e da elaboração de um projeto de política nacional alternativo à política adotada pelos regimes liberal-oligárquicos, apontando-se a necessidade urgente de se solucionar problemas como a ausência de uma política de defesa nacional e de relações exteriores.

**Abstract:** Alberto Torres and Andrés Molina Enríquez were precursory intellectuals in Brazil and Mexico, in the first decades of the century XX, of the critical analysis to Old Republic and to Porfiriato. This analysis is constituted by the study of the Brazilian and Mexican realities and of the elaboration of a project of alternative national politics to politics adopted by the oligarchical liberal regime, pointing the urgent necessity to solve problems as the absence of a politics of national defence and of external relations.

**Palavras-chave:** Organização Nacional, Defesa Nacional, Relações Exteriores.

**Key Words:** National Organization, National Defence, External Relations.

## **1 Introdução**

Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez foram dois intelectuais vanguardistas entre a intelectualidade de seus países por iniciarem uma análise e crítica à República Velha e ao Porfiriato respectivamente. Tal análise é constituída por meio do estudo das realidades

1. Doutorando em História na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), campus de Franca. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

brasileira e mexicana, apontando-se a necessidade urgente de se solucionar problemas como a ausência de uma política de defesa nacional e de relações exteriores.

Este estudo da realidade serve como um diagnóstico para um quadro de enfermidade das respectivas sociedades e base para a elaboração de um projeto de política nacional que contém as medidas a serem tomadas para o tratamento dos problemas e, conseqüentemente, o despertar de um organismo social são. Entretanto, para que o resultado esperado fosse alcançado se faria necessário que os vários procedimentos contidos no projeto consistissem em uma política encabeçada por um governo forte, capaz de se portar como o representante do interesse geral e promover a organização e o desenvolvimento do país, cujas conseqüências serão a consolidação da unidade nacional, o despertar do espírito nacional e a construção de uma nacionalidade efetiva.

As idéias de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez tiveram uma repercussão importante no meio de uma intelectualidade que também participou da contestação à ordem estabelecida no Brasil e no México. Intelectualidade que contribuiria com as suas idéias para a institucionalização de regimes marcados por uma forma específica de política nacional, denominadas pela historiografia latino-americana como populistas. Não é por acaso que se observa várias idéias presentes no pensamento de Alberto Torres sendo retomadas e colocadas em prática no pós-Revolução de 1930 e, da mesma maneira, no pensamento de Andrés Molina Enríquez repercutindo e sendo aplicadas a partir da década de 1920 com o fim do período combativo e o início da institucionalização da Revolução Mexicana, principalmente, durante o governo de Lázaro Cárdenas (1934-1940).

Portanto, o estudo do pensamento de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez possibilita não somente a compreensão de uma corrente de pensamento existente na América Latina no início do século XX, preocupada com os destinos a serem tomados pelos países em um quadro composto por atraso econômico, instabilidade política, desigualdade social e dependência externa, mas também a gênese de tópicos das políticas nacionais denominadas populistas e, conseqüentemente, a melhor compreensão destas políticas e a revisão deste conceito.

Obviamente, apesar das proximidades em vários pontos entre a realidade brasileira e a mexicana, havia aspectos específicos em cada uma que se refletiam em diferenças nos projetos de política nacional adotados a posteriori pelos Estados. Porém, isto

não impede de forma alguma um estudo comparativo. Pode-se perceber a presença de várias idéias do pensamento de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez naquilo que a historiografia latino-americana enfatiza como características da “era populista” na região, como por exemplo, o Estado forte e agente do desenvolvimento, o despertar na sociedade do sentimento de pertencimento à nação, os programas governamentais para a melhoria das condições de vidas das camadas populares, a intervenção do Estado na economia e outras.

Um estudo comparativo como o proposto para este trabalho pode perfeitamente contribuir para a compreensão do contexto de gênese de muitas das idéias que viriam a compor a política nacional na etapa histórica de superação da forma política de dominação oligárquica, uma vez que Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez foram precursores no Brasil e no México, nas duas primeiras décadas do século XX, da análise crítica a este dominação e de um projeto de política nacional alternativo para o desenvolvimento e a construção de uma identidade nacional, que se assemelha em muitos pontos àquela política adotada pelos regimes denominados populistas nos dois países. Um exemplo de contribuição seria a idéia da implantação de um programa de defesa nacional e de política de relações exteriores a ser adotado pelo Brasil e pelo México.

Diante de um contexto internacional de princípios do século XX marcado pelas ameaças constantes de confronto militar e pela fraqueza do Brasil e do México por causa da ausência de organização nacional, Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez elaboraram uma concepção sobre o programa de defesa nacional e de política de relações exteriores a ser adotado pelos seus respectivos países. No caso do autor brasileiro, a preocupação com tais questões deve-se à ameaça à soberania nacional proveniente das grandes potências em um contexto imperialista e à presença muito forte de capitais e, com estes, de interesses relacionados com grupos estrangeiros. No que se refere ao intelectual mexicano, a atenção também volta-se para o perigo oriundo da presença de estrangeiros e de seus capitais no território, principalmente, os de origem norte-americana, sendo os Estados Unidos a maior ameaça à existência do México devido à sua proximidade geográfica.

## **2 Metodologia**

Este trabalho realiza uma reflexão sobre as idéias de defesa nacional e de política de relações exteriores presentes nos ensaios de caráter sociológico de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez sobre a realidade brasileira e a mexicana. Procura entender o

pensamento do intelectual brasileiro e do mexicano a partir de suas experiências de vida, do contexto histórico e das idéias que circulavam nos meios intelectuais em que viviam. Assim, pode-se entender a história das idéias a partir do propósito de estudar as relações entre os processos e os seus ideários. Segundo Ângela Alonso, o ideário “só ganha plena inteligibilidade por meio de uma análise contextual. Formas de pensar estão imersas em práticas e redes sociais” (ALONSO, 2002, p. 38).

Para a compreensão do ideário de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez é necessário conhecer o processo dentro do qual ele está inserido, ou seja, há uma conexão entre ambos. Tal conexão torna o pensamento do autor inseparável do contexto histórico. Este contexto que apresenta várias dimensões que vão desde o contexto discursivo (preocupado com a dinâmica assumida pelas obras de Torres e Molina Enríquez), passando pelo contexto intelectual (influência das idéias em vigência no Brasil e no México em seus pensamentos) e atingindo o contexto comunicacional (referente às idéias socialmente sancionadas). De acordo com Maria Alice Rezende de Carvalho, no estudo do pensamento de um intelectual, deve-se considerar o contexto em suas variadas dimensões, ou seja,

há o **contexto discursivo**, referido à dinâmica da obra de um autor; o **contexto intelectual**, no qual a sua obra se expõe ao diálogo com as idéias em circulação; o **contexto comunicacional** mais amplo, do qual participam diferentes enunciados socialmente sancionados e recursos mediatos diversos. (CARVALHO, 1998, p. 15, grifo do autor).

Se se pensar assim, poder-se-á perceber Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez como personagens históricos inseridos no seu tempo e sendo influenciados pela realidade do Brasil da República Velha e do México no Porfiriato e pelo pensamento cientificista de cunho, principalmente, spenceriano, que lhes deu elementos teóricos para a análise crítica dos problemas nacionais e a elaboração de possíveis ações para solucioná-los. Além disso, foi importante na compreensão dos problemas nacionais o contato direto com estes durante os períodos em que ocuparam cargos públicos, possibilitando-os perceberem os entraves que impediam as soluções, pois, como afirma Hannah Arendt, “o próprio pensamento emerge de incidentes da experiência viva e a eles deve permanecer ligado, já que são os únicos marcos por onde pode obter orientação” (ARENDR, 2000, p. 41).

Contudo, se as idéias são influenciadas pelo contexto, este também pode sofrer influência das idéias, pois, a relação entre as idéias e o contexto deve ser considerada como uma relação em que o ao mesmo tempo que as idéias são produzidas em um determinado

momento, aquelas podem vir a ser um instrumento de transformação deste e constituir uma nova realidade. Trata-se, enfim, de uma mútua influência. Isto pode ser observado em dois momentos diferentes. Primeiro, quando Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez realizaram análises críticas de suas sociedades nacionais e elaboraram um projeto de política nacional que fosse uma alternativa à política adotada pelo Estado durante a República Velha e o Porfiriato baseados na concepção de Herbert Spencer de que a sociedade nacional seria uma espécie de organismo, no qual o seu funcionamento adequado dependia da coesão e integração de suas partes. Como era exatamente esta unidade que faltava à comunidade nacional brasileira e mexicana, Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez viam as suas sociedades nacionais como enfermas. O remédio para este quadro de enfermidade estaria em uma série de reformas adotadas por um poder central forte, representante dos interesses gerais, que promovesse a melhoria das condições de vida da população por meio do desenvolvimento e despertasse em seus membros uma unidade com o consenso em torno de reformas, como a implantação de um programa de defesa nacional e de uma política de relações exteriores.

Em um segundo momento, pode-se observar as idéias influenciando a realidade quando vários pontos do pensamento de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez são retomados e aplicados pela política nacional adotada pelo Estado pós-Revolução de 1930 no Brasil e pelo Estado institucionalizado que resultou da Revolução Mexicana. Portanto, as idéias não têm vida própria. Elas dependem de seu uso, de acordo com Ângela Alonso, “por parte dos agentes sociais, que as tomam como orientação de sua ação” (ALONSO, 2002, p. 35). Neste sentido, pode-se afirmar que os intelectuais exercem um tipo especial de poder, denominado por Norberto Bobbio como poder ideológico por exercer uma espécie de domínio “sobre as mentes pela produção e transmissão de idéias, de símbolos, de visões do mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra” (BOBBIO, 1997, p. 11).

Além disso, o estudo do pensamento de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez possibilita a confrontação do contexto histórico brasileiro e mexicano de princípios do século XX com os problemas e os desafios de cada país. Dessa maneira, pode-se compreender os elementos de aproximação e de diferenciação entre as realidades dos dois países no início do século XX e, conseqüentemente, entender as similitudes e as particularidades entre as idéias de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez e entre a política nacional adotada a posteriori no Brasil e no México e denominada pela historiografia

latino-americana pela conceituação comum de populismo. Como afirma Maria Lígia Coelho Prado a respeito da história comparada,

é indiscutível a constatação de que são poucos os estudos produzidos no Brasil, que buscam comparar o Brasil aos demais países da América Latina. Mas creio que tal comparação é rica em potencialidades e contribuiria para a reflexão sobre novos problemas e questões. Do meu ponto de vista, é possível fazer história comparada e permanecer crítico das visões eurocêntricas e dicotômicas. Voltando a Marc Bloch, seria extremamente fecundo, com o rigor e os procedimentos metodológicos, próprios do ofício do historiador, buscar “a unidade do problema” em duas ou mais sociedades latino-americanas e promover as devidas conexões globalizantes. (PRADO, 2005, p. 30).

### **3 Resultados obtidos/esperados**

Este trabalho tem como objetivo investigar as perspectivas de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez sobre as questões de defesa nacional e de política de relações exteriores presentes nos ensaios de caráter sociológicos dos autores, redigidos em princípios do século XX. Trata-se de intelectuais que iniciaram no Brasil e no México um movimento de análise crítica à República Velha e ao Porfiriato entre a intelectualidade a partir do estudo das realidades nacionais como elemento fundamental de apoio para a elaboração de um projeto de política nacional que visasse buscar alternativas de tratamento para a cura dos problemas e, conseqüentemente, o despertar de um espírito nacional forte.

Influenciados pelas idéias de Herbert Spencer, Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez pensavam a nação como um organismo em que o seu desenvolvimento dependia da evolução e da ação integrada de suas partes, que seriam constituídas pelos diversos setores da população nacional, cada qual tendo um papel essencial na construção de uma grande nação. Caberia ao Estado, enquanto o cérebro do organismo nacional, garantir e estimular as ações coordenadas das diferentes partes.

Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez foram intelectuais que tiveram uma atuação política destacada em seus respectivos países, exercendo cargos públicos que contribuíram para a compreensão dos problemas nacionais que impediam o desenvolvimento do país como um todo, dificultando a concretização de uma unidade nacional.

Alberto Torres nasceu em 26 de novembro de 1865, em Porto de Caixas, município de São João de Itaboraí, província do Rio de Janeiro. Participou das campanhas abolicionista e republicana por meio dos clubes republicanos e dos seus órgãos de divulgação

das suas idéias. Foi nesta circunstância que Alberto Torres começou a sua atividade jornalística, escrevendo artigos para os jornais *Ça-Ira*, *A Idéia*, *O Constitucional* e *A República*, e sendo iniciado na análise dos problemas nacionais. Concluiu o curso de Direito no Recife em 1885. Fundou o Clube Republicano de Niterói e o jornal de divulgação das idéias republicanas *O Povo* em 1889.

Em dezembro de 1889, Alberto Torres foi nomeado advogado auxiliar da Intendência Municipal do Distrito Federal. Em janeiro de 1892, foi eleito deputado para a segunda Assembléia Constituinte do Rio de Janeiro, sendo membro da comissão elaboradora da constituição. Em agosto de 1896, foi nomeado ministro da Justiça e Negócios Interiores para o governo de Prudente de Moraes. Todavia, após Alberto Torres ter ocupado o cargo, o presidente Prudente de Moraes adoeceu e pediu licença, assumindo a presidência da República o vice-presidente Manuel Vitorino. Por causa de eleições na cidade de Campos e do comportamento duplice de Manuel Vitorino diante da questão, em um quadro político de disputa política entre Francisco Portela, Tomás Porciúncula e Nilo Peçanha, Alberto Torres renunciou ao cargo de ministro. Chegou à chefia do Estado do Rio de Janeiro para um mandato que durou de 31 de dezembro de 1897 à igual data do ano de 1900, enfrentando vários problemas como as dificuldades financeiras que se agravaram com a crise do café, a duplicidade de Câmaras Municipais na cidade de Campos e as disputas pela liderança do Estado com os chefes do Partido Republicano. Apesar das dificuldades, Alberto Torres tomou medidas importantes durante o seu governo, muitas das quais seriam incluídas em suas obras como idéias para a solução dos problemas nacionais, como por exemplo, a difusão da instrução primária, normal e secundária com a reorganização do aparelho escolar, a criação de escolas e o estímulo à iniciativa privada no setor da educação, o desenvolvimento da agricultura por meio do estímulo à cultura intensiva e racional pelos modernos processos científicos e do estabelecimento do cooperativismo entre os produtores e de entrepostos para o café, o saneamento da Baixada Fluminense, e a criação de uma colônia totalmente nacional. Em 1901, Alberto Torres foi empossado como ministro do Supremo Tribunal Federal, vindo a se aposentar precocemente em 1909 por motivo de saúde.

Em 1909 e em 1913, publicou dois livros que revelam as suas preocupações com a ordem mundial e a paz, que são *Vers la paix* e *Le problème mondial*. Em 1914, lançou as suas duas principais obras, *A organização nacional* e *O problema nacional brasileiro*. Além disso, Alberto Torres também publicou um livreto em 1915 intitulado *As fontes de vida*

*no Brasil*, no qual retoma uma temática já presente nos dois livros anteriores. Faleceu em 29 de março de 1917, vítima de um câncer.

Andrés Molina Enríquez nasceu em Jilotepec, Estado do México, em 2 de agosto de 1866. Em 1901, concluiu o curso de Direito no Instituto Científico e Literário de Toluca. Em 1905, publicou a sua primeira obra importante, intitulada *Juárez y la Reforma*, na ocasião da comemoração dos festejos do centenário do nascimento de Benito Juárez. Esta obra rendeu a Andrés Molina um convite para se integrar ao Museu Nacional, instituição em que, a partir de 1907, desenvolveu vários trabalhos de investigação e docência até a sua morte em 1940. Também contribuiu em vários jornais da Cidade do México, como *El siglo XX*, *El Partido Liberal*, *El Imparcial* e *El Tiempo*. Neste último periódico Andrés Molina Enríquez publicou os seus *Estudios de Sociología mexicana*, que, em 1909, seriam reunidos e publicados na obra *Los grandes problemas nacionales*.

Em 1911, Molina Enríquez decidiu romper com Madero e iniciar uma sublevação por meio do Plano de Texcoco. Entre as principais idéias propostas por ele neste plano estavam

o fracionamento dos latifúndios maiores de 2000 hectares e nos quais o denunciante teria a prerrogativa de escolher a parte que mais lhe conviesse, o livre comércio exterior de cereais para que as *rancherías* fossem declaradas corporações com interesse social e político da nação, a vigência dos contratos de trabalho e do pagamento por antecipações. (ULLOA, 1977, p. 26-27).

Andrés Molina Enríquez acabou ficando preso até março de 1912. Em 1916, durante o governo de Venustiano Carranza, Andrés Molina Enríquez foi nomeado membro consultor da Comissão Nacional Agrária do Ministério da Agricultura e do Fomento, sendo responsável pela redação do projeto do artigo 27 constitucional, abordando, entre vários pontos, a questão agrária, para ser apresentado ao Congresso Constituinte. Nesse mesmo ano, Andrés Molina Enríquez foi designado chefe da Direção de Bosques e advogado consultor do Banco de Guanajuato do Ministério da Fazenda e, de 1919 a 1920, foi advogado da Caixa de Empréstimos para a Irrigação do próprio Ministério.

De 1920 a 1929, foi chefe do Departamento de Compilação de Leis da Suprema Corte de Justiça. Em 1922, publicou um número especial do Boletim do Ministério de Governo sobre o artigo 27 da Constituição, no qual discerne sobre as idéias em que se baseou para elaborar este artigo. Nesse mesmo ano, publicou a obra intitulada *La clasificación*



*de las ciencias fundamentales*, na qual reuniu os seus conhecimentos sobre a teoria positivista da ciência. De 1933 a 1936, foi membro da Comissão Consultiva do Departamento de *Población* do Ministério da Agricultura. Em 1932, iniciou a publicação de *Esbozo de la historia de los primeros diez años de la revolución agraria de México*, cujo quinto e último tomo apareceu em 1936. Entre 1938 e 1940, Andrés Molina Enríquez foi designado pelo governo do Estado do México como magistrado no Tribunal dessa entidade. Em 1º de agosto de 1940, veio a falecer na cidade de Toluca.

Apesar das especificidades dos Estados na República Velha e no Porfiriato, ambos procuravam justificar as suas ações a partir do positivismo comteano que pregava a ordem e o progresso como ideais a serem aspirados e o caminho para qual Brasil e México deixariam de ser países de “selvagens” para serem países desenvolvidos. Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez se utilizariam de um pensamento cientificista, principalmente, spenceriano, para demonstrar a contradição entre a realidade e o discurso oficial. Uma realidade que, segundo os autores, revelava os reais fins das políticas adotadas pelos Estados de seus respectivos países. Longe de promoverem um futuro melhor, apenas acentuavam a desigualdade extrema, as tensões sociais e a dependência externa, fatores que ameaçavam a soberania, impediam a formação de uma unidade nacional e obstaculizavam a construção de uma nacionalidade.

A partir da análise crítica dos problemas nacionais e da percepção da incapacidade do Estado na República Velha e no Porfiriato de resolvê-los, Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez buscam, sobretudo, no pensamento spenceriano, a solução para este impasse. Seguindo a idéia de Herbert Spencer de que, em sociedades nas quais não há cooperação entre os seus membros, a solução é a imposição de um centralismo hierárquico, Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez propõem a existência de um governo central forte e atuante que implante as reformas necessárias para a organização nacional, como por exemplo, a elaboração de um programa de defesa nacional e de política de relações exteriores voltado para o objetivo de garantir os interesses nacionais.

No início do século XX, a América Latina encontrava-se sob o jugo da ordem mundial imperialista devido à necessidade de expansão do capitalismo das grandes potências. A partir da segunda metade do século XIX, ocorreu a entrada de grande quantidade de capitais, sobretudo, ingleses, nas economias latino-americanas, gerando-se um quadro de ligação da classe dominante oligárquica da região com a burguesia bancária e industrial

européia. A entrada de capitais estrangeiros deu-se por meio de investimentos em setores como o de mineração, produção agrícola, comércio e serviços, e de empréstimos a juros altos que geraram o problema da dívida externa. Ao mesmo tempo, houve poucas alterações na posição dos países da região na ordem econômica mundial com relação à situação colonial, pois as economias continuavam baseando-se na exportação de matérias-primas e produtos agrícolas e na importação de bens manufaturados. A novidade ficaria por conta da penetração do capital norte-americano no final do século XIX em áreas até então controladas pela Inglaterra, como o México, a América Central e o Caribe. No que se refere à inserção da América Latina na ordem econômica mundial então vigente, Túlio Halperin Donghi afirma que, durante o século XIX, estabeleceu-se

a instituição de um novo pacto colonial. Esse novo pacto transforma a América Latina em produtora de matérias-primas para os centros da nova economia industrial e de gêneros alimentícios para os países metropolitanos; além disso, atribui ao continente a função de consumidor de produtos industriais daquelas zonas, o que traz consigo uma transformação. Os artigos consumidos (e também dominantes) não são mais os de outrora (produtos têxteis, seguidos de artigos domésticos); estão substituídos pelos artigos produzidos pela indústria metalúrgica e por peças de reposição de outros produtos industriais (DONGHI, 1976, p. 129).

Com relação ao papel das potências neste cenário econômico mundial, estas passaram a dominar praticamente o mundo inteiro, fenômeno que ficou conhecido como Imperialismo e caracterizou-se pela concentração de capital nas mãos de poucas indústrias e poucos bancos, pela busca de áreas fora dos limites dos países capitalistas desenvolvidos onde se pudesse investir os capitais excedentes, encontrar mercados consumidores e importar matérias-primas essenciais, e pelo caráter racista de suas justificativas, sendo a principal delas a afirmação da necessidade de se levar aos “povos atrasados” os benefícios da “civilização superior”. O outro lado do Imperialismo era que a disputa pela hegemonia na economia mundial levaria a rivalidades, principalmente, entre as potências européias, por causa da corrida em busca de novas áreas de dominação. Estas rivalidades teriam como desdobramento o aumento da militarização e do armamentismo, o que conduziu, entre outros fatores, os países desenvolvidos europeus a resolverem as suas diferenças por meio da Primeira Guerra Mundial. Em síntese, a guerra de 1914-1918 foi

uma guerra imperialista (isto é, uma guerra de conquista, de pilhagem, de pirataria), uma guerra pela partilha do mundo, pela distribuição e redistribuição das colônias, das “zonas de influência do capital financeiro”, etc [...]. O capitalismo transformou-se em um sistema universal de opressão colonial e de asfixia financeira da imensa maioria da população do globo por um punhado de países **avançados**. E a partilha deste “saque” faz-se entre duas ou três aves de rapina, com importância mundial,

armada até os dentes (América, Inglaterra, Japão), que arrastam consigo toda a Terra na sua guerra pela partilha de seu saque. (LÊNIN, 1985, p. 9-11, grifo do autor).

Enquanto isso, o Brasil, durante a República Velha (1889-1930), situava-se na zona de influência do capital, principalmente, inglês. A dependência externa do País revelava-se por meio dos investimentos externos e o seu domínio sobre certos setores da economia brasileira, como o de comércio, transporte e bancário, do endividamento externo cada vez maior, como ficou demonstrado pela aquisição de empréstimos, a partir do governo de Afonso Pena (1906-1909), para a compra de excedente da produção de café pelo governo em cumprimento às decisões tomadas durante o Convênio de Taubaté (1906), e da estrutura da economia baseada em produtos agrícolas, como o café, e matérias-primas, como a borracha, estando, por isso, vulnerável às oscilações de demanda do exterior de acordo com momentos de crescimento ou crise do capitalismo mundial. Quanto ao México, esse país encontrava-se, durante o Porfiriato (1877-1911), cada vez mais vinculado ao capital norte-americano devido às facilidades dadas para a sua penetração nos setores de exploração dos recursos minerais, ferroviário e financeiro, passando a controlá-los, enquanto as oligarquias agrárias mantinham o controle político e da agricultura por causa de um processo contínuo de concentração das terras e de exploração da mão-de-obra praticamente servil iniciado com os liberais durante o período da Reforma em meados do século XIX. A dominação econômica dos Estados Unidos sobre o México se fazia claramente presente no episódio da ocupação de Veracruz em abril de 1914, durante o governo do general Huerta (1913-1914), uma vez que o governo norte-americano encontrava-se preocupado com as perdas econômicas dos investidores de seu país devido ao prolongamento do movimento revolucionário.

A conclusão a respeito da fraqueza do Brasil por parte de Alberto Torres ocorreu com o desencadeamento da Primeira Guerra Mundial, quando, considerando que todos os países de uma forma ou de outra se encontrariam afetados, pregou a urgência do fortalecimento do Brasil para que pudesse se aproximar o máximo possível de uma posição de independência e de autonomia no quadro internacional. Para isso, seria preciso colocar em prática o conjunto de reformas contidas em seu programa de organização nacional que forma o que ele denomina de política orgânica. Além disso, o País também necessita repensar a sua política de defesa nacional, ou seja, reestruturar o modo como as forças de proteção da soberania nacional encontram-se organizadas.

A respeito deste segundo aspecto, Alberto Torres demonstra um grande apreço pelos setores militares em virtude dos grandes serviços prestados por estes para a pátria. Entretanto, se o organismo nacional como um todo encontra-se em um estado degenerativo, as forças armadas, enquanto um órgão constitutivo deste organismo, não pode fugir da situação de dissolução geral que afeta a vida social do País. Portanto, as forças armadas precisam organizar-se. O primeiro passo a ser dado neste sentido é acabar com a premissa da necessidade da existência de uma enorme estrutura militar para se garantir a segurança nacional. Para ele, as guerras sempre demonstram a insuficiência dos contingentes existentes nos quartéis nos momentos de confronto bélico e da recorrência às ruas na busca de soldados para suprir tal carência. Além disso, quando se há uma estrutura militar permanente e enorme, a tendência é constituir-se um espírito de corpo, ou seja, aparecer uma hierarquia baseada em hábitos de instrução e de disciplina que levam à perpetuação de um setor em torno de laços de solidariedade fortalecidos por contatos frequentes, prejudicando a escolha e a ascensão de militares por aptidões e méritos. Assim, forma-se uma sociedade militar paralela à sociedade civil, vivendo uma vida à parte com os seus próprios costumes. Portanto, nota-se que, se para os elementos civis da sociedade, o corporativismo é necessário para se pôr fim à representação política de caráter faccionista e garantir a participação de todos os setores na distribuição dos benefícios oriundos da política orgânica, por outro lado, a mesma tendência, se aplicada entre os membros das forças armadas, gera privilégios e foros prejudiciais à escolha dos indivíduos mais preparados para as funções militares.

A estrutura militar ideal para o Brasil seria aquela na qual apenas um pequeno contingente formaria parte permanentemente das forças armadas, pela instrução, pelo exercício, pela prevenção, pela preparação e pela mobilização. Quanto aos soldados propriamente ditos, estes deveriam constituir milícias cívicas espalhadas ao longo do território nacional, garantindo, assim, uma defesa eficiente contra os desembarques de exércitos estrangeiros em qualquer parte do País. Estas milícias disporiam de instrutores competentes, centros de comando, de abastecimento e de munições, com a vantagem de conhecerem os terrenos profundamente, possibilitando uma mobilização dos contingentes de maneira fácil e rápida. Cada cidadão receberia aos domingos, próximo à sua residência, os treinamentos referentes a exercícios e manobras, aplicadas à natureza da ação defensiva e à dos terrenos, despertando em cada um a energia física e moral para defesa da pátria. A defesa da pátria é, para o autor brasileiro, “um **estudo de consciência** e um **impulso de instinto**: o chamado

**espírito nacional** dos povos, contra as agressões armadas dos povos inimigos; não é nem um **sentimento**, nem uma idéia, nem um **princípio de ação**” (TORRES, 1978b, p. 50, grifo do autor).

A organização militar é uma tarefa que exige a sua realização urgente porque é cada vez mais comum o confronto armado entre os povos, principalmente, entre os anglo-saxões e os germânicos pela hegemonia imperial no mundo, movidos como estão apenas por uma lógica impulsiva de cada vez mais buscarem poderio político, militar e econômico. Diante deste quadro, pode-se deduzir que há

uma forte tendência para a paz armada, o que vale dizer: uma tendência, senão para perpetuar o uso das guerras, para manter o equilíbrio internacional sobre a base da força militar. A guerra é, hoje, uma instituição puramente política, quase puramente governamental – mantida pela sociedade dos que governam, nas monarquias, e por preconceito, sobrevivente de velhas tradições nos círculos oficiais das democracias. Seja o ânimo dos governos manter a política da guerra, ou a da simples pressão militar, a posição do Brasil é a de um país exposto a todas as eventualidades do conflito. (TORRES, 1978a, p. 201).

Para Andrés Molina Enríquez, um adequado programa de defesa nacional é um aspecto estratégico para a preservação da pátria. Entretanto, a organização militar depende para a sua eficácia do sentimento de amor à pátria que somente aparece quando existe uma unidade da população em torno do bem-geral da nação. Portanto, a existência da pátria está diretamente relacionada com a sua capacidade de manter a sua continuidade na luta com os demais povos, o que, por sua vez, está vinculada com a presença de uma unidade e força de espírito nacional.

O ponto central a ser pensado para o estabelecimento da organização militar no México está relacionado com a natureza do território nacional, ou seja, com o fato de que o planalto central é a principal região do país, sendo a sua conservação algo estratégico para a defesa nacional e a consolidação de qualquer poder político. Daí que, diante da importância da região central do território mexicano,

as grandes massas de soldados, os grandes exércitos, deverão estar concentrados na zona fundamental que lhes oferecerá suficientes meios de subsistência, e só deverão distanciar até onde seja fácil e seguro que possam conservar a sua comunicação com dita zona: do contrário, ainda vencedores como em La Angostura, padecerão de fome, e terão que retroceder. O Exército nacional deverá, pois, compor-se na zona fundamental de tropas regulares. (ENRÍQUEZ, 1978, p. 430).

Com relação às outras regiões do país, localizadas nas cordilheiras, nos istmos, nas planícies e nas penínsulas, deve-se dar preferência à defesa do território feita por milícias,

em uma proposta que se aproxima à de Alberto Torres, por causa da facilidade destas em se movimentar com o conhecimento prévio do terreno pelos seus membros. Contudo, o sucesso das milícias ou tropas de caráter regional depende de um mínimo de organização e de articulação entre os seus membros, devendo, para isso, ter uma estrutura a nível local de fornecimento e armazenamento de munição e mantimentos e de treinamento dos soldados em combate de guerrilhas. A função das milícias neste tipo de combate será,

como em todo tempo tem sido nessas regiões, a de fatigar o inimigo, fazendo-o permanecer muito tempo nessas e dando ocasião a que o clima, a escassez e as dificuldades do terreno o declinem e o ponham à mercê das tropas regulares que em caso necessário recuarão para voltar a se resguardar em sua natural *ciudadela*. (ENRÍQUEZ, 1978, p. 430).

Os soldados que comporiam tanto o exército permanente como as milícias deveriam ser convocados por meio de serviço militar obrigatório, indiferentemente da posição social do indivíduo, contribuindo-se, assim, para uma maior igualdade entre as unidades sociais e a dissolução dos privilégios dos *criollos*. Entretanto, o serviço militar depara-se com o problema de que ao se educar para a guerra e armar os diferentes setores da população nacional, estes tentam resolver as suas diferenças pelas armas, desencadeando uma série de revoltas e guerras internas. Portanto, o bom funcionamento do modelo de serviço militar obrigatório depende da unidade da população mexicana.

Assim como Alberto Torres, Andrés Molina Enríquez enxerga na presença dos interesses estrangeiros no México uma ameaça concreta à soberania nacional, pois estes jamais hesitarão em recorrer à ajuda de suas nações de origem no caso de se sentirem prejudicados. Contudo, devido à proximidade geográfica e aos obstáculos impostos a qualquer tentativa de invasão dos países do continente americano pelos governos europeus por meio da Doutrina Monroe, a principal ameaça provém dos cidadãos norte-americanos que residem e/ou investem no território mexicano. A maneira de se amenizar o perigo de ocupação do México pelos Estados Unidos é demonstrando a preocupação do Estado mexicano em não prejudicar os interesses estrangeiros, mas, pelo contrário, em conciliá-los com os interesses nacionais de modo a proporcionar o desenvolvimento do México. Além disso, é preciso conscientizar aos grupos estrangeiros que lhes interessa a evolução do país em termos do estabelecimento de uma política integral que crie as condições para o surgimento de uma organização nacional.

Diante de um quadro internacional marcado pelas disputas de poder entre as potências mundiais e pelas ameaças à soberania nacional das nações fracas por parte das nações fortes, Alberto Torres acredita que, sendo o Brasil um País fraco, a melhor política de relações exteriores a ser adotada pelo governo brasileiro é a baseada no espírito da ampla cordialidade e retidão, sem nenhuma preocupação de influência ou hegemonia. Como o Brasil está longe de ser uma potência militar e econômica, não há lógica em que o País adote uma política internacional caracterizada pela exaltação à guerra como maneira de demonstrar a sua influência e o seu poder. Portanto, é o interesse que move um país em sua predisposição à guerra ou não, cabendo às nações imperialistas verem na guerra um instrumento de expansão e de domínio, enquanto que as nações fracas devem enxergar nela um recurso final para a resistência e a defesa.

É claro, para Alberto Torres, que convêm aos países fortes armar-se, pregar, propagar e prestigiar a necessidade e a fatalidade da guerra, enquanto que aos países pobres interessa armar-se, porém, esforçando-se pela manutenção da paz. Daí que a guerra é a teoria dos fortes e a paz é a teoria dos fracos. Às nações fracas, como o Brasil, compete seguir uma política de relações exteriores preocupada com as soluções de arbitramento, a prevenção da guerra, o apoio ao movimento pacifista mundial, a defesa da igualdade entre os Estados-Nações, sejam potências ou não. A solução pacifista é a arma da força moral, a única força disponível às nações fracas. Enfim,

a paz corresponde ao interesse de todos os povos, atende à conveniência atual de alguns governos, e será repelida por outros motivos de oportunidade. Por nosso lado, temos todo interesse em promovê-la e abreviá-la, mas precisamos estar prevenidos de que ela não resolve os perigos que nos ameaçam, na política internacional, podendo precipitar-nos, pelo contrário, de envolta com a ilusão e os entusiasmos da vitória moral, em uma política idílica, em que sacrifiquemos os interesses vitais da pátria. (TORRES, 1978a, p. 204).

De acordo com Andrés Molina Enríquez, a posição estratégica do México no globo terrestre impõe a esse país uma política externa especial, que deve levar em conta o pertencimento ao continente americano (política externa continental, que se subdivide em extracontinental e intracontinental), a localização na região ístmica do continente (política externa ístmica) e a situação em que se encontra pelo fato de estar localizado na região entre um país como os Estados Unidos e outro como a Guatemala (política externa de vizinhança).

A respeito da política externa continental em seu aspecto extracontinental, ela trata da independência e da ação do continente americano em relação com a Europa e a Ásia,

dando-se pouca ou nenhuma importância às relações com a África e a Oceania devido ao pouco significado que, na perspectiva do autor, têm na política internacional. Ela está diretamente vinculada com a Doutrina Monroe, principalmente, no que se refere aos europeus, que declara o direito dos Estados Unidos em impedir qualquer agressão dirigida contra alguma nação americana no sentido de ocupar o seu território ou mudar as suas instituições. Entretanto, o posicionamento correto do México sobre a Doutrina Monroe deve ser na direção de que a sua aplicação não se restrinja apenas à ação dos Estados Unidos, estendendo-se também a todas as nações americanas. Tal posição oficial por parte do governo mexicano faz-se necessária devido,

primeiro, ao caráter continental da Doutrina; segundo, pela necessidade de suprir o caso de que os Estados Unidos declarem não ter interesse em sua aplicação; e terceiro, por causa da conveniência de impor a todas as nações americanas, inclusive aos Estados Unidos, a obrigação de buscar o acordo comum. (ENRÍQUEZ, 1978, p. 436).

O México deve se esforçar em estender a aplicação da Doutrina Monroe a todos os casos de agressão e em tê-la como guia para a sua política externa continental, pois possibilitará, apesar de que no momento os Estados Unidos são a única nação com capacidade para impô-la, resistindo a compartilhar tal faculdade sem nenhum tipo de compensação, existir entre todas as nações americanas uma fraternidade de interesses políticos, dando voz e voto a todas elas.

No que se refere à política externa continental de caráter intracontinental, esta deve ser guiada pela preocupação do México em não intervir nos assuntos internos das demais nações sem um pedido oficial expresso e que não tenha caráter político. Dessa forma, o governo mexicano terá a capacidade moral suficiente para exigir de outros países o respeito à sua soberania. A intervenção ocorre geralmente nos casos de conflitos entre nações e de guerras internas.

Diferentemente de Alberto Torres que explica a guerra e a paz em termos da política externa baseada em interesses por parte das grandes potências ou países fortes e dos países fracos, devendo estes últimos por questão de sobrevivência adotarem uma política pacifista e conciliadora, Andrés Molina Enríquez acredita que a paz e a guerra estão acima da questão dos interesses e são explicadas melhor como fenômenos naturais resultantes da própria necessidade de que as nações evoluam na luta pela sobrevivência com as demais. Qualquer política internacional implantada no sentido de se impor um equilíbrio ou uma paz



inexistente não passa de uma iniciativa de caráter artificial que apenas prolonga a existência de Estados débeis, impedindo o processo de seleção natural e, conseqüentemente, o progresso da humanidade. A mesma posição deve ser tomada com relação às guerras internas que ocorrem nos países por causa das disputas de poder entre diferentes setores sociais. Tais disputas são saudáveis porque possibilitam, no final das contas, a vitória dos grupos mais preparadas em um processo de seleção natural, constituindo-se em um grande equívoco a intervenção de uma nação estrangeira para a tomada de partido a favor de um dos grupos contendentes.

Em termos da elaboração de uma política externa ístmica, a sua importância deve-se à posição geográfica estratégica do território mexicano, que o torna uma destacante rota comercial de ligação entre os continentes europeu e asiático e os Estados Unidos. Nesse aspecto, do ponto de vista comercial, a política externa ístmica deve ser regida por um regime de liberdade internacional absoluta, possibilitando um crescente tráfico internacional e intranacional, que facilitado pelo desenvolvimento dos meios de comunicação e de transportes no território mexicano, criará as condições para a circulação de homens e recursos e, conseqüentemente, para a entrada de recursos pecuniários no país. Portanto, é de interesse nacional a existência desse estado de liberdade, uma vez que ele promove o desenvolvimento econômico do país por meio da circulação de riquezas.

Um ponto delicado da política externa mexicana diz respeito, segundo Andrés Molina Enríquez, à localização do país entre duas nações tão diversas como os Estados Unidos e a Guatemala. De um lado, está uma nação muito forte, que diante da debilidade do México com relação à ela, impõe-no uma política equilibrada e de boa convivência que impeça o conflito e, conseqüentemente, o seu desaparecimento. Todavia, tal política é dificultada pelos interesses particulares existentes de um lado e de outro, principalmente, por parte dos norte-americanos, que conduzem a choques dolorosos. A tendência é que esses choques acentuem-se diante da necessidade que tem o governo mexicano em acabar com os privilégios dados ao elemento estrangeiro norte-americano em detrimento das unidades sociais nacionais para possibilitar a unidade da população em torno da nação e impor a dignidade nacional em conjunto. Por tal motivo, corre o México o perigo de uma intervenção norte-americana diante das reclamações dos cidadãos estadunidenses de que os seus interesses estão sendo afetados. A única solução para o impedimento desse conflito é o convencimento por parte da diplomacia mexicana com relação ao governo norte-americano de que medidas com aquela tendência não têm como objetivo prejudicar propositalmente os interesses dos

elementos estrangeiros que investem e ou residem no México, mas criar as condições para o estabelecimento de uma certa ordem e de um progresso que levará o país ao seu desenvolvimento, o que no futuro os beneficiará, pois isto não somente ampliará o mercado interno com a inclusão de todos os setores sociais, mas também colocará um término definitivo a um quadro histórico de instabilidade política e convulsão social.

Por outro lado, há a Guatemala, nação débil, e que devido a esta debilidade pode sofrer uma intervenção por parte do México, no caso, a nação mais forte. Contudo, para Andrés Molina Enríquez, uma atitude como esta não interessa à política externa de vizinhança do México, uma vez que agindo assim o país perderia a moral para questionar uma possível intromissão dos Estados Unidos em seus assuntos internos. Além disso, deve-se levar em conta também o fato de que

nós temos para com a Guatemala laços de parentesco étnico e histórico que nos obrigam mais para com ela que para com os Estados Unidos, e esses laços devem traduzir-se nos de uma amizade estreita, afetuosa, viva, leal e generosa, como convém a uma irmã maior com outra que cresce e educa-se ao seu lado. Portanto, já que indicamos como orientação de nossa política para com os Estados Unidos e de **dignidade** e **amizade**, acreditamos dever indicar para a nossa política com a Guatemala a orientação de **amizade** e **generosidade**. O México deverá criar com a Guatemala, que tem como nação, um alto espírito de justiça e um alto sentimento de fraternidade. (ENRÍQUEZ, 1978, p. 448, grifo do autor).

#### 4 Conclusão

Diante de um quadro internacional de princípios do século XX marcado pelas ameaças constantes de confronto militar e pela fraqueza do Brasil e do México por causa da ausência de organização nacional, Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez conceberam o que denominaram de política orgânica ou integral, visando reverter um quadro marcado por uma série de problemas nacionais que impedia a constituição de autênticas nações e ameaçava a sobrevivência de seus respectivos países em um contexto internacional de disputa por espaço e poder. Entre as metas principais da política orgânica, que, em sua essência, era a base teórica de um projeto de construção da nação, estava a preocupação com um novo modelo de política de defesa nacional e de relações exteriores, algo justificável em um período histórico de acentuação da disputa imperialista entre os países desenvolvidos que acabaria por culminar na Primeira Guerra Mundial.

## 5 Referências bibliográficas

ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Trad. Mauro W. Barbosa de Almeida, 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: UNESP, 1997.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **O quinto século**: André Rebouças e a construção do Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

DONGHI, Túlio Halperin. **História da América Latina**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

ENRÍQUEZ, Andrés Molina. **Los grandes problemas nacionales (1909) y otros textos**. México: Era, 1978.

LÊNIN, Valdimir I. **O imperialismo, fase superior do capitalismo**. Trad. J. Teixeira Coelho Netto, 2. ed. São Paulo: Global, 1982.

PRADO, Maria Lígia Coelho. Repassando a história comparada da América Latina. **Revista de História**. São Paulo, Universidade de São Paulo, n. 153, p. 11-34, 2º semestre de 2005.

TORRES, Alberto. **A organização nacional**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro**: introdução a um programa de organização nacional. 3. ed. São Paulo; Brasília: Companhia Editora Nacional; Instituto Nacional do Livro, 1978.

ULLOA, Berta. La lucha armada (1911-1920). In: VILLEGAS, Daniel Cosío (Coord.). **Historia general de México**. 2. ed. México: El Colegio de México, 1977, t. IV, p. 1-110.